

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DIALETAÇÃO DA LÍNGUA LATINA: UM POUCO DE HISTÓRIA EXTERNA DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

1. Introdução

O presente artigo objetiva apresentar, de forma sintética, em virtude da sua própria natureza, algumas considerações sobre a evolução do latim vulgar na vasta área do antigo Império Romano, após a sua queda, que se relacionam à história externa da língua portuguesa.

Para isso, vamos conceituar língua e dialeto e identificar as causas e as consequências da dialetação da língua latina, o que caracteriza a sua evolução, cujas consequências fundamentam a formação das línguas românicas e, por conseguinte, a da língua portuguesa.

Convém ressaltar que o estudo da evolução da língua latina faz parte do estudo da história externa da língua portuguesa, que receberá uma atenção especial neste artigo. Fatos gramaticais que marcaram a evolução do latim se relacionam a fatos gramaticais da língua portuguesa, e tal relação torna possível a compreensão de sua história interna, que não será enfatizada no presente trabalho.

Convém ressaltar também que Saussure (1916) denominou “Diacronia” as transformações por que passa uma dada língua através do tempo, e relacionou o conjunto dessas transformações, em níveis diversos, à sua evolução linguística.

O autor acrescenta que a linguagem implica, a cada instante e ao mesmo tempo, um sistema estabelecido, sincrônico, e uma evolução, diacrônica. Assim, a linguagem é constantemente uma instituição atual e um produto do passado.

Vemos, na descrição diacrônica de uma determinada língua, a sua história interna, uma vez que “o estudo diacrônico compreende a

gramática histórica, a história do léxico e a semântica histórica” (BOTELHO, 2010, p. 59).

Daí, o estudo diacrônico da língua portuguesa nos remeter à evolução da língua latina na península Ibérica e nos convidar a observar os seus diversos períodos na região lusitana, desde a queda do Império Romano, após a invasão dos povos bárbaros no séc. V d. C., até os dias atuais.

Embora se afirme que foi por volta do Séc. VI até o séc. IX que surgiu um romance (ou romance) cristão lusitano – uma das variantes linguísticas do latim corrente –, ainda durante o Império Romano a língua latina já se mostrava variante na região lusitana e nas demais regiões dominadas pelos romanos. De fato, desde o primeiro contato com os meios de comunicação dos povos conquistados na vasta região do Império, o latim já sofria a influência dessas línguas, que se tornavam substratas¹ ao latim. Com a queda do Império, o processo de dialeção, que antes era lento e dissimulado, acelera-se, porquanto os substratos passam a atuar com maior força, uma vez que a romanização, que praticamente os coibia deixa de existir.

Depois desse período de caos linguístico, estabelece-se uma língua românica de natureza lusitana – uma protolíngua galaico-portuguesa – por volta do Séc. IX, que, em consequência da fundação de Portugal no início do Séc. XII, é tomada como língua portuguesa (português arcaico – galego-português); depois, toma a forma de português moderno por volta do Séc. XVI, que se estende até os dias atuais.

2. Aspectos da evolução linguística

Convém lembrar, primeiramente, que em toda comunidade linguística efetivam-se modalidades de uso da língua. Tais modalidades sempre estão relacionadas a fatores regionais e/ou sociais, os

¹ O termo se refere às línguas (ou falares) dos povos conquistados pelos romanos, que passaram a usar a língua latina como forma de comunicação. Logo, substrato é a língua de um povo conquistado que adere à língua do povo conquistador.

quais normalmente produzem usos variantes dessa língua – os chamados “dialetos”.

Da hierarquia nas oposições linguísticas superficiais ou secundárias de uma dada língua, agrupam-se divisões, denominadas “falares” ou variantes ou modalidades, nos referidos dialetos. Daí, surgem os conceitos de “falares ou linguagens regionais” e de “língua nacional”. A língua nacional, que é comum a todos os usuários de uma nação, reúne todos os falares regionais, o que a caracteriza como um sistema de possibilidades de uso da língua.

Dialeto, grosso modo, se refere aos diferentes usos de uma dada língua, que é um sistema de possibilidades linguísticas – usos da língua. Esses usos se efetivam a partir de regras espontâneas do próprio sistema e/ou de normas previamente estabelecidas.

Contudo, como já afirmamos em trabalho anterior (*Id., ibid.*, p. 62-63), concebemos três diferentes acepções de dialeto: 1) uma corrupção da língua, que é o produto da evolução normalmente espontânea da língua; 2) o conjunto de particularidades fonéticas e vocabulares de uma dada região, ou seja, sotaques ou regionalismos; e 3) uma das línguas dialetais de a uma região politicamente organizada, em que uma daquelas línguas é a oficial.

Convém ressaltar que um dialeto pode apresentar, inclusive, subdialetos, visto que certos traços linguísticos podem ser particularidades de um grupo de usuários de um dialeto.

Como resultado das evoluções dos vocábulos latinos, que se processaram principalmente na boca do povo, temos os metaplasmos, os quais constituem formas evoluídas ou transformadas, que surgiram essencialmente por via popular. São exemplos de formas evoluídas por via popular, em português, os seguintes pares: *populu* > povo; *fenestra* > fresta; *macula* > mágoa > *uacca* > vaca; *digitu* > dedo; *lupu* > lobo; entre tantos outros.

Também nos chegaram, por via popular, as formas semieruditas, que sofreram pequenas alterações na boca do povo, apesar de terem entrado na língua em época posterior e por meio da Igreja principalmente, da administração romana e do ensino escolar. São exemplos de formas semieruditas em português, os seguintes pares: *planu*

> plano; *articulu* > artigo; *bestia* > besta > *angelu* > anjo; *mater* > mãe; *spatula* > espátula; entre tantos outros.

Vale observar que as evoluções podem ser “espontâneas”, que se dão naturalmente com o uso da língua, ou “motivadas”, e, como não são estanques, há casos em que uma causa a outra.

A evolução espontânea é o principal elemento causador da formação das línguas românicas; certas características de uma dada língua românica se justificam pela evolução motivada, que se dá por uma necessidade – uma lacuna da língua sentida pelos seus usuários – ou pelo contato com outra(s) língua(s), que provoca o aparecimento de uma novidade.

Como evolução motivada, podemos citar a criação do quadro de artigos, a ampliação do quadro de preposições, a criação dos futuros românicos e outros dados. Aliás, o desaparecimento do futuro simples (*amabo* – “amarei”) e do futuro anterior (*amauera* – “tereí amado”), causado pela evolução espontânea, fez surgirem novas formas de futuro no português (amar hei > amarei; amar h(av)ia; terei amado).

De fato, a probabilidade de ocorrerem mudanças linguísticas é muito grande, quando uma língua é levada para regiões longínquas e de grande extensão ou ainda quando há diversas comunidades linguísticas numa mesma extensão territorial, como ocorreu com o latim no vasto Império.

De certo, as diversas comunidades de uma mesma extensão territorial vão criando, de forma espontânea, paulatina e inexorável, seus modos praticamente peculiares de uso da língua. Tal fenômeno, que pode ser mais ou menos efetivo e profundo, é o fator que determina o aparecimento de um falar regional, ou de um dialeto propriamente dito, ou até mesmo de uma nova língua.

3. *Dispersão do latim vulgar e sua dialetação*

Primeiramente, convém lembrar que o latim – língua falada pelos camponeses do Lácio, que era uma pequena região localizada às margens do rio Tibre, na península Itálica, onde fora fundada Ro-

ma por volta de 753 a. C. –, era uma língua rude e sem grande importância.

Além do latim, havia o osco (falado ao Sul da península Itálica) e o úmbrio (falado a Noroeste) na península. O osco e o úmbrio são línguas de escassos documentos remanescentes. As semelhanças entre o latim e essas línguas conduzem-nos à existência de um tronco comum: o itálico e de um hipotético idioma proto-itálico. Outras línguas ou variantes daquelas, de menos importância, como o prenes-te e o falisco, também eram faladas na península Itálica antes do latim se impor como a língua do Império Romano, que já se fazia sentir nos meados do séc. III a. C. Dessas línguas poucos traços são encontrados em inscrições.

Do outro lado do rio, estendia-se o reino da Etrúria, que constituía uma grande ameaça para aqueles humildes camponeses. Os etruscos frequentemente saqueavam as aldeias, o que muito incomodava o povo do Lácio.

Para se defenderem das investidas dos etruscos, por volta do séc. V a. C., aquelas cidadelas formaram a Liga Latina. Roma também participava daquela Liga, que antes era tão somente uma assembleia religiosa para cultuarem os seus deuses. Mais tarde, Roma vence a Liga e outras regiões vizinhas e aumenta os limites do Lácio. Forte, vence os etruscos e por fim, unifica a península Itálica, estabelecendo o seu Império nas terras italianas continentais e, em seguida, as ilhas do Mar Mediterrâneo, que estavam sob o poder de seus aqui-inimigos – os cartagineses.

O latim passa a ser a língua de toda a península Itálica e, com as conquistas militares e consequente domínio político-cultural de Roma por volta do século III a. C., foi levado pelos soldados romanos para as novas regiões conquistadas, a cujos povos foi imposto.

Depois da unificação das terras italianas continentais, o Império Romano se estende para o resto da Europa ocidental, para o norte do litoral da África e para as terras litorâneas do Oriente.

De certo, quando lá chegaram, os romanos encontraram diferentes culturas e línguas dos povos que lá habitavam. Essas línguas praticamente desapareceram, pois todos adotaram a língua de Roma que lhes era imposta muito mais pelas circunstâncias da própria ro-

manização que se estabelecia com a política de Roma do que por obrigatoriedade.

Roma oferecia cidadania a todos os povos conquistados; abria academias, onde se ensinava a língua, permitia o ingresso dos cidadãos romanizados às fileiras militares. Enfim, tudo era propício ao uso da língua dos vencedores.

Contudo, é natural que a linguagem dos romanos nas províncias conquistadas se distanciasse da linguagem daqueles que mantinham um contato direto e efetivo com Roma, que também evoluía muito rapidamente. Na verdade, as línguas substratas exerciam uma relativa influência sobre a língua latina, cada qual, nas diversas regiões conquistadas, de uma forma particular, já que diversas eram as culturas, que acabavam por se submeter à cultura romana em épocas distintas. E como eram os próprios soldados romanos (e romanizados) que disseminavam a língua, a cada região conquistada o latim corrente se caracteriza de forma particular.

Sobre isso, nos esclarece o professor Serafim da Silva Neto (1977), que afirma:

Examinado o latim de Roma, cumpre-nos agora volver os olhos para o latim provincial, cuja importância nos parece tão grande que lhe dedicamos um capítulo. Por ora bastará dizer que nas várias províncias o latim tomava aspecto próprio, colorido peculiar. Tais variantes caracterizavam-se, sobretudo, pelo sotaque e pelo vocabulário, uma vez que nas formas e na sintaxe há maior resistência à evolução. (SILVA NETO, 1977, p. 51)

Nesse trabalho, o autor conclui que a um conglomerado de falares latinos vimos denominando latim vulgar, que é um termo impróprio e, por conseguinte, incorreto (*Id., ibid.*, p. 40).

Encontramos em nossa literatura uma caracterização do latim de acordo com a época em que fora usado, considerando, sobretudo, as circunstâncias de sua utilização. Assim, podemos distinguir um latim pré-histórico, um latim proto-histórico, um latim arcaico e um latim clássico, considerando a modalidade escrita da língua.

O latim pré-histórico, que foi a língua dos primeiros habitantes do Lácio, provavelmente usada entre o século XII e o século VI a. C., caracterizava-se por ser oral e anterior aos documentos escritos em latim.

O latim proto-histórico, que provavelmente foi a língua dos povos itálicos da época das primeiras conquistas dos romanos (sabinos, oscos, umbros, volcos, equos, prenestes, faliscos e outros), já apresentava uma escrita. Inscrições em uma fivela preneste do século VII ou VI a. C., em uma coluna romana – cipo do Fórum –, do século VI a. C. e num vaso de Duenos, provavelmente do século IV a. C. constituem exemplos dessa fase da língua.

O latim arcaico, que foi a língua utilizada a partir do século III até o século I a. C., efetivava-se nos antigos textos literários: as Leis das Doze Tábuas, as peças teatrais de Lívio Andronico, Névio, Ênio, Plauto e Terêncio, a poesia de Catulo e os discursos de Catão, e em epitáfios e textos diversos. Essa modalidade se caracterizava por ter um vocabulário pobre, uma morfologia por se definir e estruturas sintáticas diversas.

O latim clássico, que foi a língua literária utilizada a partir do século I a. C., caracterizava-se por um rigor morfossintático, estilizado e profundamente diferente da modalidade oral – é uma língua essencialmente escrita, cuja estrutura se efetiva entre os séculos I a. C. e V d. C. Era a língua utilizada pelos escritores clássicos em suas obras, que marcaram a prosa e a poesia latinas. Essas obras, de Júlio César, Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio e tantos outros se tornaram um legado da cultura latina para nós.

A Professora Zélia de Almeida Cardoso (2004) observa que o latim clássico

É uma língua cultivada, artística, profundamente diferente do que seria o latim falado, mesmo pelas classes sociais mais cultas. O latim clássico se preservou graças à conservação de inúmeras obras literárias e é dessa modalidade linguística que puderam ser depreendidos os fenômenos gramaticais do idioma. (CARDOSO, 2004, p. 7)

De fato, em Roma, já havia nessa época, por volta do século I a. C., duas modalidades linguísticas distintas: o latim vulgar e o latim clássico. O latim denominado vulgar era a língua falada pelo povo em geral, de maneira espontânea e sem a preocupação das normas gramaticais. O latim clássico era uma língua literária, estereotipada pelo rigor dos literatos e ensinada nas academias. Entre as duas modalidades já havia profundas diferenças na fonética, na morfologia, no léxico e na sintaxe.

E foi exatamente o latim vulgar, por ser uma linguagem falada pelo povo, que foi levado pelos soldados romanos às regiões conquistadas. Certamente, não chegou lá com as mesmas características fonéticas, morfológicas, lexicais e sintáticas da linguagem falada em Roma.

Além disso, o contato com as línguas dos habitantes das terras conquistadas, embora fossem suplantadas, influenciava o latim, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma.

Silva Neto (*Op. cit.*), ciente das características próprias do latim de Roma, dedica um capítulo (p. 59-98) digressionando sobre os aspectos do latim provincial, que tinham um colorido local, e o de Roma, que também se transformava, mas não da mesma forma que o falado nas regiões conquistadas posteriormente.

Na península Ibérica, os romanos encontraram os celtiberos, povos celtas e iberos, que compunham uma civilização antiga e de história inusitada. A língua dos celtas era muito parecida com a dos romanos e isso facilitou a assimilação da língua dos vencedores. Davam-se, portanto, a romanização com certa facilidade.

Encontraram também o povo basco, cuja língua se manteve durante a romanização e se mantém até os nossos dias. Isto porque não houve coação por parte dos vencedores.

No séc. V d. C., o Império Romano, que já estava em decadência, é totalmente destruído pelas invasões góticas. Os bárbaros, como eram chamados pelos romanos, fizeram várias incursões ao Norte da península Ibérica. Tal fato acelerou a dialeção do latim, que já vinha sendo influenciado pelos substratos linguísticos da península.

Contudo, totalmente romanizada, a península Ibérica sofre com a invasão dos bárbaros, que, embora tenham determinado o fim da romanização, não alteraram essencialmente a latinização (dispersão do latim vulgar), que não deixou de se efetivar.

Mesmo vencedores, os góticos: suevos, alanos, vândalos, godos e visigodos, adotaram em seus distintos reinos também os elementos de civilização e a língua latina, apesar de abalar efetivamente

a unidade político-cultural do Império Romano, que cai aos pés daqueles povos de cultura inferior à dos romanos.

Depois da queda do Império, o latim, já bastante modificado pela ação das antigas línguas da península, também sofre as influências das línguas dos bárbaros germânicos – línguas superstratas² ao latim –; dialetou-se, isto é, passou a se desenvolver independentemente em cada uma das diversas regiões. Instaura-se, pois, um verdadeiro caos linguístico, que paulatinamente vai se organizando nas distintas regiões ocupadas pelos reinos gótico-cristãos.

No século VIII d. C., são os árabes que invadem a península pelo Sul. E mais uma vez a língua latina, já dialetada e muito corrompida, concorre com a língua árabe na península Ibérica. O árabe não exerceu grandes influências, mas enriqueceu o léxico das línguas românicas que se formavam naquela época.

Este estrato linguístico foi para a língua latina falada pelo povo conquistado, na qual exerce bastante influência, um adstrato³. Tanto que em algumas regiões (na Lusitânia, que hoje é Portugal) surge o moçárabe – mistura do latim com o árabe.

Por volta do século IX, como consequência da dialeção da língua, já se verificavam vários romances latinos, os quais praticamente se transformaram mais tarde nas línguas neolatinas existentes.

O domínio árabe não conseguiu destruir um movimento de resistência cristã, cujos adeptos se refugiaram nas Astúrias, ao norte da península e se organizaram para a reconquista, que aconteceu árdua e paulatinamente. Estes cristãos, que partiram do Norte para o Sul, conquistando terras e expulsando os mouros, levam consigo a língua latina cristã que se encontra com o latim moçárabe.

Depois de várias batalhas, os cristãos conseguem reconquistar as terras ocupadas pelos árabes na Lusitânia e estabelecem, até Al-

² O termo "supertrato" se refere às línguas (ou falares) dos povos conquistadores dos romanos, que passaram a usar a língua latina como forma de comunicação. Logo, supertrato é a língua de um povo conquistador que adere à língua do povo conquistado.

³ O termo "adstrato" se refere às línguas (ou falares) dos árabes, que concorreram com a(s) língua(s) da península sem eliminá-la(s). Logo, adstratos são línguas que se desenvolvem sem que uma exerça efetivo domínio sobre a outra.

garve, os limites de Portugal, que só mais tarde é reconhecido pelo rei de Espanha. A linguagem desses reconquistadores (o romance galaico-português dos cristãos) entra em contato com o romance moçárabe (linguagem dos cristãos mulçumanos do Sul). Eis a origem imediata do português.

4. *Considerações finais*

Vimos como uma língua evolui durante o seu uso pelo povo no decorrer do tempo e que essa evolução, que se dá em alguns casos de forma espontânea e em outros de forma motivada, cria dialetos, que podem vir a se transformar numa língua diferente, como ocorreu com o latim principalmente depois da queda do Império Romano no séc. V.

Da dialeção do latim, muitos foram os romances (ou romances) que surgiram: lusitano (ou portugalense), leonês, aragonês, catalão, castelhano, galiziano (ou galego), galego-português, provençal, franco-provençal, romeno, rético, italiano (com várias denominações regionais), dalmático e sardo.

Alguns desses romances evoluíram e se transformaram em uma das línguas neolatinas; outros foram absorvidos por uma das línguas neolatinas.

Além do português, surgiram as seguintes línguas neolatinas: galego, espanhol (castelhano), catalão, francês, provençal, dalmático (desaparecido em 1898), romeno, rético, italiano e sardo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: USP, 2001.

BOTELHO, José Mario. Conceitos fundamentais acerca de fatores de evolução linguística. *Revista Philologus*, 42, Rio de Janeiro: CIEFiL, 2009, p. 52-65.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: Morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1952.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 1922. Trad. de Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1969, título original: *Cours de linguistique générale*. Org. por BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert, Paris: Payot, [1926].

VASCONCELOS, Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: [s. n.], 1926.